

INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLAR

Karine Nascimento Silva
Universidade Católica do Salvador – UCSAL
karinensilva@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa visa apresentar reflexões em torno da sexualidade humana, transitando por vários olhares, deflagram debates e ao mesmo tempo fomentam silêncios, fragmentações e questionamentos, especificamente ao se reportar as sexualidades que não convergem ao modelo cisheteronormativo. O trabalho mostra o resultado de investigações acerca das representações, experiências e demarcação das diferenças entre gêneros, além de pensar a questão da pluralidade sexual. A complexidade que envolve as sexualidades e o debate acerca da (des) construção de gêneros numa perspectiva dos estudos Queer ainda são rejeitadas tanto pela literatura vigente relacionada ao tema quanto pela dinâmica social, ocasionando não raro a discriminação e a subalternidade dos discursos desviantes da norma compulsória. Por tais razões, a pesquisa centrou sua investigação nas representações sociais, nas narrativas juvenis que reportam violências, silenciamentos, transgressões e encontros em cumplicidades. Como referencial teórico se recorreu a autor@s da área dos Estudos Culturais, alguns/algumas considerad@s Pós-estruturalistas, outr@s de perspectiva Queer e @s que discutem representação social. Os resultados demonstram a necessidade do debate sobre gêneros e sexualidades, de modo que tod@s @s envolvid@s, em parceria de trabalho com outras instâncias sociais, possam contribuir para espaços privilegiados de questionamento e desestabilização da hegemonia compulsória do modelo cisheteronormativo.

Palavras-chave: Sexualidades. Juventudes. Gênero. Escola

INTRODUÇÃO

Inúmeros estudos de diferentes campos disciplinares abordam a questão da (s) sexualidade (s) e seus desdobramentos na sociedade vigente, sobre a égide de concepções complexas, que reverberam em diferentes cenários, com inserção na agenda de áreas como saúde, educação, segurança pública, Direitos Humanos, entre outras. A discussão envolta as sexualidades transitam por vários olhares, deflagram debates e ao mesmo tempo fomentam silêncios, fragmentações que desencadeiam a questionamentos contínuos, especificamente ao reportarem as sexualidades dissidentes ao modelo imposto socialmente pela cisheteronormatividade¹.

¹ O termo cisheteronormatividade foi introduzido por ativistas transfeministas como um neologismo no sentido de atribuir um nome às matrizes normativas e ideais regulatórios relativos às designações compulsórias das identidades de gênero e da orientação sexual. Nesse sentido, nomeia-se, conseqüentemente, experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico), após esta definição, a heterossexualidade passa a ser definida como única

As representações sociais relativas às sexualidades denotam um viés normatizador, um campo minado, movediço e, portanto, merece o desencadeamento investigativo e análises críticas a fim de que evoquem repercussões éticas e políticas que evidencie a equidade de direitos a todas as pessoas. Por certo, os discursos que envolvem a sexualidade, acompanham a história da humanidade, apesar das diferentes conjunturas, das intensidades destes discursos e de seus velamentos, fragmentações, tendências, lugares e não lugares, além de servir como subterfúgio para outros discursos.

Entretanto, a busca enfática por uma definição da sexualidade na perspectiva de Foucault (1988), ocorreu em um determinado momento, mais precisamente na metade final do século XIX, constituindo todo um conjunto de condições para que os corpos, os desejos, a sexualidade e a existência de homens e mulheres fossem significados. Contudo, tais discursos sobre a sexualidade eram produzidos nas esferas da invenção dos tipos sexuais, emergidos numa visão binária, estes, porém indicavam e definiam o que era considerado normal e o que era patológico, seguindo uma cadência de hierarquizações, ou seja, a disciplinalização dos corpos e da (s) sexualidade (s).

Tais discursos eram outorgados pela ciência e assumiam um status de verdade, se retroalimentavam ou destoavam dos discursos produzidos nas instâncias das leis, da Igreja e da moral. Nessa intrincada conjuntura houve as incursões às sexualidades periféricas (FOUCAULT, 1988), que por sua vez provocaram a incorporação das perversões e novas especificações @s² sujeit@s. Deste modo surgem à homossexualidade e o homossexual, cuja referência é datada nas sociedades, em tempos históricos remotos como apontam os estudos de Trevisan (1986), Bremner (1995), Mott (2003) e Naphy (2006). As práticas afetivas sexuais entre pessoas de mesmo sexo adquirem neste contexto novas conotações e o binarismo - heterossexualidade versus homossexualidade é instaurada.

No intuito de garantir o privilégio da heterossexualidade, agregada ao estatuto de normalidade e naturalidade, muitos esforços foram efetuados, nas mais diversas instâncias. No entanto, a manutenção desta lógica impõe que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais, fato este que fomenta a homofobia, ao mesmo tempo, sentimentos de fascínio, estranhamento, medo

possibilidade de sexualidade. Assim, toda uma gama de sexo, sexualidade e identidade de gênero deveriam se esquadrear dentro dos moldes da cisheteronormatividade, sendo apenas pessoas cisgenera e tendo a única orientação sexual considerada normal a heterossexualidade.

² Desejo informar que optei por utilizar “@” nos substantivos comum-de-dois, nos substantivos biformes e em alguns sobrecomuns, em substituição ao marcador de gênero “o/a”, quando utilizado em referência a um grupo de pessoas. As alterações são extensivas aos determinantes e referentes desses substantivos. A decisão foi tomada pela minha filiação a um posicionamento crítico, na tentativa de me afastar das generalizações e essencializações das palavras, tomadas com base no gênero masculino, atenta para o acolhimento das identidades não binárias e transgredir a linguagem escrita dominante masculina.

e abjeção pela homossexualidade (BUTLER, 2013). Por outra vertente situacional, representações sociais relativas à família ainda se revelam desafiadoras às Ciências Humanas, visto que, apesar de haver algum consenso, não se constitui uma fácil definição do que atualmente se concebe como família (s). Embora um modelo idealizado de família, alicerçado em bases hegemônicas, nota-se os desdobramentos políticos e a constatação empírica da diversidade de arranjos familiares, já começam a se fazer sentir em vários níveis. Nesse contexto, a saber, pessoas que se percebem e/ou se assumem como não cisgênera³ e heterossexual.

Pensando no espaço da escola como constituído de diversos sujeit@s, estão presentes, pessoas não heterossexuais e não binárias, logo os desafios continuam e se intensificam. No entanto, ao se tratar das interfaces das juventudes, as questões de gênero e sexualidade tornam-se mais complexas, pois é necessária a reflexão sobre a possibilidade de processos de subjetivação, hierarquizações, o forjar das identidades e as transgressões do que se impõe como hegemônico.

Enlaçando as questões acerca das sexualidades, as relações interpessoais que se desenvolvem e são construídas na interseção família e escola, ao evocar as narrativas d@s jovens sobre a diversidade sexual, foco da presente pesquisa, tem-se como instigante e desafiadora proposta o debate sobre abordagens e silêncios na família e na escola, implicando análises sobre (re)significação das narrativas e dos discursos relacionadas à sexualidade humana. A abordagem acerca das sexualidades não heterossexuais e suas configurações no âmbito familiar e escolar necessitam ser repensadas e questionadas, a fim de que se tornem visíveis possíveis violências às quais são submetidas as pessoas ao assumirem identidades de gênero que destoem do modelo cisheteronormativo.

No que tange à educação institucionalizada, no caso específico do Brasil, essas reflexões, no entanto, não resultaram na plena incorporação e explicitação dos temas nos documentos da política educacional. Apenas os cadernos de Temas Transversais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN para o Ensino Fundamental, publicados pelo MEC em 1998, são, ainda hoje, a única referência oficial de tratamento das temáticas relativas a gênero no campo educacional.

Todavia, o tratamento a essas temáticas nas aulas limitou-se a biologização da sexualidade e do sexo, ao priorizar, simples e unicamente, conteúdos formais concernentes à reprodução

³ Uma pessoa cisgênera é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer, o sentimento interno/subjetivo de sexo, o gênero designado ao nascer mais o sentimento interno/subjetivo de gênero, estão alinhados ou deste mesmo lado. Em suma, é a pessoa que foi designada “homem” ou “mulher”, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal.

humana e a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST. Pesquisas e relatos⁴ demonstram intolerância, rejeição, inconformismo e invisibilidade direcionados às pessoas que se assumem como não heterossexuais e não binárias ou/e até mesmo quando não se assumem e não se identificam como tal, mas por terem comportamentos e posturas que divergem dos normatizados. Neste sentido, carregam em si os estigmas por não coadunarem com a cisheteronormatividade, processos esses que podem ocorrer tanto nas relações familiares, quanto nas escolares.

Faz-se necessário repensar se a construção social das expectativas e demandas das famílias fomentam orientações no sentido de ocultar a sexualidade e a manter o “amor que não ousa dizer o seu nome”. E se tais comportamentos não teriam como consequência um limitar a vida d@s sujeit@s, gerando um isolamento pessoal muitas vezes opressivo (SANDERS, 1994), ou seja, sentidos que @s possuem sobre a dinâmica familiar sobre as sexualidades, outro tema fomentador deste estudo.

Apesar de existirem estudos realizados sobre as sexualidades plurais, estes ainda representam um contingente inferior em relação à complexidade de um tema que exige crítica dos discursos institucionalizados e mais reflexão sobre o amadurecimento científico, em especial de agentes com poder de socialização e repressão, como familiares e professor@s. Por outro lado, cabe pensar nas possibilidades da coexistência e sobreposições de violências das mais variadas formas infligidas à população que não corresponde aos modelos cisheteronormativos, estarem presentes nas diversas esferas de convívio social, no caso específico do estudo na família e na escola.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente estudo, aborda um conteúdo inquietante e polêmico, sendo negligenciado tanto na família quanto na escola. Assim, busca-se compreender de forma aprofundada, foram utilizados os seguintes referenciais teóricos: Teoria dos Estudos Culturais que tem como foco, os processos sociais de classificação, controle e/ou estigmatização daquel@s socialmente vistos como diferentes, antes classificad@s como desviad@s ou —anormais. Conforme Miskolci (2005), três vertentes marcaram a transformação dos estudos culturais após Segunda Guerra Mundial: o feminismo e seu

⁴ MOTT, Luiz. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? Palestra preparada para o Seminário Gênero & Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2000.

desenvolvimento nas pesquisas de gênero, as investigações sociológicas e culturais voltadas para a compreensão das diferenças e a obra de Michel Foucault (1988).

Associada a essa linha teórica utilizou-se os Estudos *Queer*⁵, sendo compreendidos como uma perspectiva voltada aos processos de categorização sexual e sua desconstrução (GAMSON, 2006). @s autor@s investigam de que forma a distinção homossexual/heterossexual serviu de base para todos os aspectos da vida contemporânea e, além disso, enfatizam o caráter compulsório da heterossexualidade e a maneira como ela fundamenta conhecimentos e práticas sociais. Nesta linha teórica, recorreu-se aos/as pesquisador@s: Beatriz Preciado (2011), Guacira Lopes Louro (1994), Judith Butler (2013), Leandro Colling (2011), Michel Foucault (1988), Richard Miskolci (2005) e Tomaz Tadeu da Silva (2012).

A Teoria da Representação Social, pelo que representa de inovador no campo da Psicologia Social, a concepção de representações sociais vem sendo empregadas nos estudos de variados fenômenos sociais. @s principais autor@s referenciad@s foram: Denise Jodelet (1991) e Serge Moscovici (1978; 2003). Considerando a premissa discursiva da construção do saber, partindo do entendimento que os significados não são dados no mundo, mas são construídos, reformados, modelados e negociados pelas pessoas. Neste sentido fazer parte da vida social é algo que não está desligado das ações discursivas, sendo que estas foram o foco primeiro da pesquisa.

Ademais, o próprio fazer teórico e metodológico é produto de um processo sociointeracional que perpassa as histórias de vidas e compõem, sobremaneira, o campo educacional. A suposição em que se baseia o referido trabalho é a de que, no engajamento das práticas discursivas entendida como produção de sentido das pessoas que se posicionam em relações sociais cotidianas (SPINK, 2004), há uma re/definição e articulação de significados de gênero e sexualidades que são disponibilizados em nossa sociedade e, ao mesmo tempo, renegociando o modo como essas identidades são mantidas e/ou ressignificadas em contextos específicos de interação. De acordo Spink (2004) é pela linguagem que se inaugura o novo dos sentidos, que ao serem repetidos em performances cotidianas se perdem em ilusões de verdade,

⁵ Queer será grifada no sentido de resignificá-la, como movimento e atravessamentos. Não é uma tentativa de desconsiderar seu teor político, mas entendê-la pelo viés de questionar as categorizações, assim o termo teoria será suprimido no texto por escolha própria da autora. A palavra Queer foi usada historicamente de forma negativa para humilhar e envergonhar pessoas que apresentam suas identidades de gênero e sexuais fora da imposição de padrões que são considerados legítimos, ditos “normais” da cultura onde vivem. O termo foi ressignificado e apropriado por parte das pessoas ligadas aos movimentos feministas e das minorias políticas sexuais como uma afirmação paródica dessa inscrição negativa, mas também como uma forma de resistência e proposital ironia à cisheteronormatividade (FURLANI, 2003). Nesse contexto, a Teoria Queer pode ser considerada uma política de conhecimento cultural (LOURO, 2004), pensar *Queer*, é não somente pensar @ homossexual, mas também, @ diferente não fix@, considerando o impensável.

ganham estabilidade e força factual. O objetivo principal consistiu em analisar as representações (MOSCOVI, 2009) d@s jovens sobre diversidade sexual nos locus da família e da escola e de que forma essas narrativas reportam violências, silenciamentos, transgressões e encontros em cumplicidades. Buscou-se compreender a atuação social da família e da escola na dinâmica de formação de subjetividades, produção e/ou ausência de práticas/ideário que colaboram com violências e as estratégias juvenis em tais embates e seus questionamentos sobre codificações em relação às sexualidades.

Para tanto, o estudo teve como pauta os seguintes questionamentos: quais são as representações d@s jovens sobre diversidade sexual e como essas se constroem e são enfrentadas por el@s no âmbito da família e escola? Como as narrativas juvenis se materializam em trajetórias de sofrimentos, discriminações, silenciamentos, cumplicidades, encontros e mudanças nas famílias e nas escolas? Mediante as narrativas, haveria ou não indícios de que as abordagens realizadas no contexto familiar e na escola sobre sexualidades têm atendido demandas da contemporaneidade, como o respeito à diversidade?

O campo de pesquisa são as narrativas juvenis, as representações construídas no intercâmbio entre a família e a escola. Como objeto foi identificado um grupo de jovens e adolescentes, estudantes em uma escola pública no município de Jequié, onde, por meio de pesquisa qualitativa, tendo como referências básicas Spink (2013), Pinheiro (2013), Foucault (2011) e Melucci (2005). O eixo realizado das entrevistas foi além d@s jovens informantes, mas de familiares e professor@s, segundo narrativas daquel@s. O processo de elaboração e execução desta pesquisa perpassou por algumas adversidades, a saber, o levantamento bibliográfico.

Por se tratar de um tema que atravessa diversas áreas do conhecimento – Antropologia, Biologia, Educação, História, Psicologia e Sociologia dentre outras – estruturar um estudo que, por um lado abarcasse as diferentes visões e concepções sobre a sexualidade e, por outro, delimitasse com êxito um referencial teórico que dialogue em concomitância com a família e a escola, foi um grande desafio.

TECENDO CONSIDERAÇÕES

Mediante as leituras específicas mencionadas, coadunaram para tessituras que colocam na berlinda as sexualidades, identificações, identidades e questões de gênero, os desafios que emergem

na contemporaneidade, delimitações e conceitos sobre os vetores mencionados, bem como as interseções e contrastes que se fundem, se dialogam, mas possuem constituições diferentes. No decorrer do estudo foi apresentado os espaços macrosociais de incursões a sexualidade: escola e família, entre alianças e duelos, o cerne consistiu no debate entre família e a escola em relação à diversidade sexual, como também, a inquietação acerca das construções simbólicas que ambas podem possibilitar na produção de fronteiras para as sexualidades a fim de normatizá-las.

Inicialmente, destacou-se algumas condutas e posturas da escola e d@s envolvid@s que a compõe mediante as pessoas que se escondem ou/e assumem amar e viver diferente das imposições sociais. A partir desse ponto, as configurações das famílias, as expectativas relacionadas à sexualidade d@s jovens. Foi proposto o debate sobre a possibilidade de diálogos entre os Direitos Humanos, educação e a diversidade sexual.

Os resultados e discussões da pesquisa empírica e a análise de conteúdo das respostas d@s participantes, com base no quadro teórico apresentado reporta um esforço para conferir sentido e relevância aos indicadores empíricos produzidos na interação entre a pesquisadora e a investigação realizada. As análises traçadas nesta pesquisa indicam a multiplicidade de narrativas que possibilitaram o conhecimento de outros discursos, em diferentes contextos mais tradicionais e instituidores da vida social, tais como a escola, a família e a Igreja.

Foi percebido nos relatos que a relação de gênero é compreendida nos padrões cisheteronormativos, bem como as práticas sexuais apenas são legitimadas e aceitas nesta perspectiva. Observou-se a vigilância impetrada pela família e a tentativa de prevenir a homossexualidade, estimuladas pela religião, como também o esquema dicotômico, que localiza as mulheres como submissas ao homem dominador e à vigilância familiar.

Discutindo a análise, ressaltando as narrativas apresentadas, demonstraram que @s participantes não se apresentam como um todo homogêneo, alguns/algumas sofrem, se autoquestionam e muit@a afirmam suas orientações sexuais, e não necessariamente, aqui a maioria d@s jovens as assumem como algo fixo, uma escolha definitiva ou tranquila. De fato, se alguns/algumas reforçam as normas, outr@s vislumbraram alternativas que desconstroem, põem em xeque e subvertem crenças naturalizadas sobre corpos, sexo e sexualidades.

A diversidade de cosmovisões sobre sexualidades é comum, o que já sugere desestabilizações ou contra hegemonias. Partindo da necessidade de ampliação dos significados das identidades e subjetividades com vista ao cenário contemporâneo que aproxima múltiplos discursos e formas de vida, ressalta-se a necessidade de um trabalho crítico e de tomada de consciência acerca

do arsenal da escola e da família pela comunidade escolar. O que foi percebido pelo relato d@s jovens que se autodeclararam homossexuais, é que as famílias não conseguem conviver harmoniosamente com a homossexualidade assumida por el@s, tentam inibir, proibir e silenciar, seja através da violência física e/ou psicológica, amparad@s por dogmas religiosos, assim como também tentam esconder e apagar a sexualidade d@s filh@s, para não serem envergonhad@s diante da sociedade. Nesse sentido, torna-se imprescindível o diálogo comprometido entre políticas de gênero e sexualidade, escola e família. Mediante os relatos reitera-se alerta de vários estudos, ou seja, a necessidade de formação d@s professor@s para o debate sobre gênero e sexualidades, de modo que a escola e tod@s @s envolvid@s, numa parceria de trabalho com as outras instâncias sociais, possa ser um espaço privilegiado para o questionamento e desestabilização da hegemonia compulsória do modelo cisheteronormativo. A dinâmica desse processo deve partir do entendimento da multiplicidade de discursos, e que estes disponibilizam visões de mundo, conhecimentos, crenças e valores que podem, diretamente, colaborar na compreensão da diferença da alteridade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**. Fundação Seade, v.7, n.1, jan./mar., p. 106 – 118, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração**. Rio de Janeiro, 2000.

BEMMER, J. Pederastia Grega e Homossexualismo Moderno. In: Bremmer, J. (org) **De Safo a Sade – Momentos na história da sexualidade**. Tradução: Cid knipel Moreira. Editora Papyrus, Campinas-SP, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COLLING, Leandro (Orgs.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Alurqueque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual: possibilidades didáticas**. In: **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 66-81.

JODELET, Denise. La representación social: fenómeno, concepto y Teoría. In: MOSCOVICI, Serge (Org.). **Psicología Social**. Buenos Aires: Paidós, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da educação na perspectiva do gênero. **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, v. 11, p. 53-67. jan./dez.1994. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/search/authors/view?firstName=Guacira&middleName=&lastName=Lopes%20Louro&affiliation=&country=> Acesso em 13/10/2015.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultural**. Tradução de Maria do Carmo Alves Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MISKOLCI, Richard. Do desvio as diferenças. In: Teoria & Pesquisa: **Dossiê, normalidade, desvio, diferenças**. São Carlos. Pós-graduação em Ciências Sociais. 2005. p. 9 - 42

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
_____. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Editora: Grupo Gay da Bahia, 2003.

NAPHY, Willian. **Born to be gay: História da homossexualidade**. Lisboa: Edições 70, 2006.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva In: SPINK, M. J. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de pesquisas Sociais. 2013, p.156- 186.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos —anormais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v.19, n.1. jan./abr. 2011.p.1120. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/19985/18390> . Acesso em: 14/08/2015.

SANDERS, G. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: E. Imber-Black (Org.). **Os segredos na família e na terapia familiar** (p. 219- 244). Tradução de Denise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 73-102.

SPINK, Mary Jane. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de pesquisas Sociais. 2004, p.156- 186.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1986.